

3.9. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2020, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

3.10. Fornecedores e saldos a pagar de mercado de curto prazo

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

3.11. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia se critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de transação e as especificações das operações de venda de energia.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

3.14. Provisões para riscos cíveis

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

3.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto pelo estatuto social da Companhia.

3.16. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia obteve da ANEEL a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP). A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a CEMIG Geração e Transmissão S.A., na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Em decorrência, e como requerido pela orientação técnica OCPC 05, foi aplicado o pronunciamento técnico PC 27 - Ativo Imobilizado.

3.17. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB no exercício de 2020:

• **CPC 15 (R1) / IFRS 03:** As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Também introduziu um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente às transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação.

• **CPC 26 (R1) / IAS 1 e IAS 8:** Alinham a definição de "omissão material" e "distorção material" e esclarecem alguns aspectos desta definição.

• **CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48/IFRS 09 – "Reforma da Taxa de Juros de Referência":** As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseado na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge.

• **CPC 06 (R2) / IFRS 16:** Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19.

• **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - Conceptual Framework for Financial Reporting:** As alterações ocorridas impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão incluiu alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes.

Os pronunciamentos que entraram em vigor em 2020 não tiveram impacto nas demonstrações financeiras apresentadas para este exercício.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Até setembro de 2019, a Companhia reconhecia a despesa de depreciação com base na vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados. Anualmente a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

A partir de outubro de 2019, a Companhia realizou mudanças nas estimativas de vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas, acatando a vida útil dos ativos hídricos descritos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), por entender que ao fim da concessão/autorização dessas usinas, a Companhia será indenizada dos investimentos realizados.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado", "Intangível". A Companhia não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2020.

A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

c) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

5. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A., sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda Real em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a este risco.

b) Risco de crédito

A Companhia possui contrato de venda de energia com a companhia CEMIG Geração e Transmissão S.A., companhia de capital aberto controlada pelo Estado de Minas Gerais com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. A Companhia entende que o risco de crédito é baixo considerando o cliente com qual possui a sua geração negociada.

c) Risco de liquidez

O risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre o

financiamento contratado pela Companhia (vide nota explicativa nº 14).

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado.

"Covenants" são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos "covenants" requeridos no contrato de financiamento pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos "covenants" está mencionada na nota explicativa nº 14.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	23.250	16.858
Aplicações financeiras	-	1.515
	<u>23.250</u>	<u>18.373</u>
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Contas a receber	13	1.380
	<u>13</u>	<u>1.380</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	18.271	15.274
Dividendos	473	-
Financiamentos	-	29.371
	<u>18.744</u>	<u>44.645</u>

7. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total do financiamento (incluindo parcelas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, como apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019, podem ser assim demonstrados:

	31.12.2019
Total do financiamento	29.371
(-) caixa e equivalentes de caixa	(16.858)
(-) aplicação financeira restrita	(1.515)
Dívida líquida	10.998
Total do patrimônio líquido	47.088
Índice de alavancagem financeira - %	<u>23,36</u>

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta dívida, não tendo, portanto, índice de alavancagem a ser apurado.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Contas bancárias em moeda funcional	2.620	1507
Aplicações financeiras com liquidez imediata	20.630	15.351
	<u>23.250</u>	<u>16.858</u>

As aplicações financeiras representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB têm rendimento equivalente a 97,81% da variação do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

9. CONTAS A RECEBER

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo de mercado de curto prazo	-	1.380
Contas a receber relacionadas	13	-
	<u>13</u>	<u>1.380</u>

As contas a receber referem-se ao Contrato de Compra e Venda de Energia, firmado em 22 de abril de 2009 com a CEMIG Geração e Transmissão S.A., na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na modalidade de fornecimento de energia elétrica incentivada, sendo a energia contratada de 7,0 MW médios por ano, pelo prazo de 14 anos, a partir da data de início das operações da PCH. Em 6 de novembro de 2009, foi firmado o primeiro termo aditivo ao referido contrato, estabelecendo aumento no prazo fixado para apresentação da documentação relativa à estruturação financeira decorrente da contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social ("BNDES"). Em decorrência do atraso na construção da usina, foi firmado, em 16 de abril de 2010, o segundo termo aditivo ao referido contrato, onde foi retificado o período de fornecimento de energia para 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2024.

O saldo a receber referente à liquidação de mercado de curto prazo refere-se aos valores de geração excedente ao contrato de venda de energia, e que deve ser liquidado no âmbito da CCEE.

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

10. APLICAÇÃO FINANCEIRA RESTRITA

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira restrita, denominada "Conta Reserva", firmada com o BNDES, cujo objetivo é garantir o pagamento do financiamento obtido para a construção da PCH, equivalente à soma das últimas três parcelas vencidas, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (nota explicativa nº 13). Esta aplicação é remunerada por 94,34% do índice do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A movimentação da referida aplicação pode ser assim demonstrada:

	Valor
Em 01 de janeiro de 2019	1.528
Rendimentos líquidos do IRRF	84
Resgate	(126)
Aplicação	29
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.515</u>
Rendimentos líquidos do IRRF	19
Resgate	(1.534)
Aplicação	-
Em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>

Em virtude do pré-pagamento do contrato de empréstimo que previa garantia através de depósito bancário ocorrido em 02 de março de 2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 14, os montantes foram convertidos em caixa e equivalentes de caixa.

11. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrada a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Terrenos	Barragens e Adutoras	Ferramentas, Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Móveis e utensílios	Edifícios	Arrendamentos	Imobilizado em Andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	902	32.051	33.466	89	355	11.512	-	242	78.617
Custo histórico	1.240	43.905	44.063	123	493	15.774	-	242	105.840
Depreciação acumulada	(338)	(11.854)	(10.597)	(34)	(138)	(4.262)	-	0	(27.223)
Redução do valor recuperável dos ativos (*)	-	-	38	-	-	-	101	74	213
Adições	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Baixas custo	-	-	-	-	-	-	-	(71)	(71)
Transferências custo	-	-	71	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(34)	(1.285)	(1.529)	(3)	(37)	(505)	(34)	-	(3.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	868	30.766	32.046	86	318	11.007	67	233	75.391
Custo histórico	1.240	43.905	44.171	123	493	15.774	101	233	106.040
Depreciação acumulada	(372)	(13.139)	(12.125)	(37)	(175)	(4.767)	(34)	0	(30.649)
Adições	-	-	-	-	-	-	119	448	567
Baixa de custo	-	-	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Transferências custo	-	-	172	-	(125)	-	-	(47)	-
Transferências depreciação	-	-	(48)	-	48	-	-	-	-
Depreciação	(1)	(504)	(909)	(2)	(22)	(326)	(37)	-	(1.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	867	30.262	31.261	84	219	10.681	149	612	74.135
Custo histórico	1.240	43.905	44.343	123	368	15.774	220	612	106.585
Depreciação acumulada	(373)	(13.643)	(13.082)	(39)	(149)	(5.093)	(71)	-	(32.450)
Taxa média depreciação anual %	0,1	1,1	2,0	1,6	6,0	2,1	16,8	-	-

12. INTANGÍVEL

Está representado pelos custos incorridos na obtenção da licença de operação, compensação ambiental e outros intangíveis cuja movimentação pode ser assim demonstrada:

	Direito de Softwares	Outros intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	526	301	827
Custo histórico	586	1.270	1.856
Amortização acumulada	(60)	(969)	(1.029)
Adições	19	-	19
Baixas custo	-	(949)	(949)
Baixas amortização	-	949	949
Amortização	(124)	(18)	(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	421	283	704
Custo histórico	605	321	926
Amortização acumulada	(184)	(38)	(222)
Adições	6	-	6
Amortização	(116)	(25)	(141)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	311	258	569
Custo histórico	611	321	932
Amortização acumulada	(300)	(63)	(363)
Taxa média amortização anual %	19,0	7,8	15,1

13. FORNECEDORES

	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores	204	68